

quista da India, feitas por Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Corrêa, e Fernão Mendes Pinto, comparadas com o trabalho de Marco Polo: *Livro das Diversidades e Maravilhas do Mundo*, comprehendendo as suas viagens á Mongolia, á China e India no seculo XIII, mostram-nos claramente, que nada tinhamos ganho em cultura intellectual, além do que já, n'aquelles remotos tempos, sabia o cidadão de Veneza. A fé levada até ao fanatismo, e o amor ardente pelas aventuras e pelas conquistas, eram os dois unicos ideaes da sociedade portugueza nos seculos XV e XVI.

A 21 de julho de 1484 chegou a S. Thiago de Compostella um fidalgo allemão, Nicolau Popielovo, e entrou logo em Portugal, demorando-se n'estes dois paizes até janeiro de 1485. De Lisboa foi o viajante a Setubal, onde se achava D. João II, e fallando

d'este monarcha, diz o seguinte, segundo a traducção hespanhola que do seu livro foi publicada: «No cabe duda que entre todos los suyos él sólo es más sabio y virtuoso».

E acrescenta: «Los portugueses son holgazanes, y no les gusta trabajar, y por eso no quieren hospedar á los indígenas, ni á los viajeros tampoco, para ganar dinero; son groseros, sin bondad, gente sin compasion, inclusa la gente del rey mismo. Estando yo en presencia del rey, procedian conmigo tan groseramente, y me miraban tan descaradamente, que el rey mismo con sus ojos, palabras y gestos los apartaba de mí, para poder dejarme libre. Entre todos ellos, él es solo y único señor de alto entendimiento. Al dar yo contestaciones á las preguntas de s. m., volvian corriendo hacia mí para escuchar lo que decia, y para examinar mi traje y condecoraciones de que me adorné. El

rey, no pudiendo más con ellos, los mandó retirar-se».

N'este livro, extraordinariamente curioso, vem narradas as conspirações da nobreza, o supplicio do duque de Bragança, e a morte do duque de Vizeu ás mãos de D. João II, e varias usos e praticas de Portugal.

Além d'esta rudeza de costumes, d'este retardamento das sciencias, e d'esta falta de cultura e de civilisação, um acontecimento se deu, mais tarde, que veio ainda tornar mais espessas as trevas nos reinados posteriores. Foi o apparecimento da Inquisição.

D. João II, que é um bello typo de rei, no meio das constantes luctas da sua existencia, soube, pelo seu superior talento, enfrear a audacia dos grandes vassallos, concertar e preparar com os seus pilotos, alguns d'elles hoje desconhecidos, as esplendorosas

conquistas do futuro, e aproveitar-se da demencia com que a Hespanha expulsava do seu territorio, os instrumentos obscuros, mas tenazes e proficuos, da sua riqueza: os judeus. Do extremo occidente, d'um pequeno reino, ainda mal constituido, poudes este illustre monarcha conservar relações valiosas com os principaes paizes da Europa, enviar mensageiros dedicados ao Cairo, a Alexandria, a Constantinopla, a Veneza, e á Ethiopia, e quiz continuar, com uma tenacidade vigorosa e energica, os empreendimentos do infante D. Henrique. Acolheu, com um raro bom senso, para a sua época, as familias dos hebreus, que vinham fugidas e expulsas de Castella, e foi na sua eschola, que se crearam os grandes vultos, que mais tarde encontramos em Calecut, em Cochim, em Goa, em Diu, e em Ormuz e Malaca.

«D. João II, como Luiz XI, observa um

distincto escriptor, não era príncipe que se prendesse com formulas, ou que hesitasse diante do assassinato juridico. O punhal, com que em Setubal varou o peito ao duque de Vizeu, bem mostrou que o sangue dos seus parentes mais proximos não o fazia parar. Inaccessível ao temor, á piedade e ao remorso, obreiro implacavel de uma reconstrucção dolorosa, mas até certo ponto necessaria, levantou os alicerces da unidade monarchica sobre as ruinas e o luto das casas mais illustres, e, ferindo a reacção nobiliaria na cabeça, decepou-lhe de uma vez os brios e os alentos. O seu governo encerra uma das epochas memoraveis da historia portugueza, a epocha da quéda do predomínio dos vassallos, e a da emancipação da coroa, liberta de todas as influencias, que podiam diminuir-lhe o esplendor, ou assoberbar-lhe os direitos.»

Depois do fundador da monarchia, é ao filho de D. Affonso V a quem a patria mais deve, pelos vastos designios, que poude apenas iniciar. Ao Afortunado deveram os homens da India medonhas ingratições. Ao Piedoso deveu a patria a Inquisição.



«Carlos V e Philippe II, observa um escriptor portuguez, tiveram a triste gloria de reproduzir, no seculo xvi, as inauditas e monstruosas carnificinas que, nos principios do seculo xiii, haviam quasi completamente exterminado a seita dos Albigenses, egualando na implacavel ferocidade, os chefes d'aquel-

las horriveis cruzadas, Simão de Montfort e Luiz VII.»

Filippe II atravessa a historia, como um vulto execravel, sobre quem recahe o anathema de todos os homens livres. Sem querermos apagar-lhe as manchas das suas atrocidades, é justo, porém, que digamos com um illustre professor: «Essa maldição lançada ao filho aproveita ao pai.» Philippe II, espirito sem iniciativa, não fez mais do que seguir cegamente, e com toda a pertinacia do fanatismo, a politica iniciada por Carlos V. Disse-o elle mesmo: «Nem no que toca á administração da justiça, nem no que respeita a materias religiosas, nunca fiz mais do que seguir o pensamento do imperador.» Não parece, pois, que deva ser Philippe II o responsavel unico de todas as cruezas, e opprobrios por que passaram os vastissimos paizes que elle governou. Na carta escripta

a sua filha, regente de Hespanha, revela-se o fanatismo de Carlos V. «É mister, dizia elle, que todos aquelles que se encontrarem culpados sejam punidos com todo o rigor e publicidade, que a qualidade do delicto exige, e isto, sem que se exceptue uma unica pessoa. É necessario proceder contra os lutheranos sem observar as formalidades ordinarias da justiça, e punil-os como revoltosos.» Os seus ultimos pensamentos tiveram o mesmo fim de intolerancia, e de perseguição: «Ordeno a meu filho, na minha qualidade de pai, e pela obediencia que me deve, de trabalhar cuidadosamente para que todos os herejes sejam perseguidos, e castigados com toda a severidade que merece o seu crime, sem attender ás supplicas, á jerarchia, e qualidade da pessoa. E para que as minhas intenções possam ter o seu pleno e completo effeito, convido-o a que faça pro-

teger por toda a parte o Santo-Officio da Inquisição. . . . E por esta fórma se tornará digno que nosso Senhor assegure a prosperidade do seu reinado.» Estes documentos, lembrados pelo notavel historiador Mignet, desenhão melhor do que todas as considerações, a feição predominante do character de Carlos V. A religião, como diz de Thou, foi o alvo de todas as suas acções, e por esta causa devemos aquilatar quasi tudo o que o imperador fez na guerra, e na paz. E talvez, como observa Laurent, seja necessario ir mais longe. Carlos V não era um homem do futuro — pertencia ao passado. Não é n'elle que residia o principio de grandeza que deslumbrou o mundo, e que ainda hoje perturba alguns historiadores. Carlos V era apenas o orgão do espirito hespanhol, e da Casa de Austria — só por si era o phantasma do imperio. Por isso, na hora extrema

das desillusões e da desesperança, desapareceu nas sombras do claustro d'um mosteiro.

Como se não fossem bastantes todas as causas expostas, para retardarem Portugal, na marcha da civilisação, veio o Santo-Officio comprimir o cerebro humano, para lhe atrophiar todas as aspirações, e todos os ideaes. Com a Inquisição, como diz um grande historiador: «veiu o silencio, só interrompido pelo crepitar monotono das fogueiras, pelo correr dos ferrolhos nos carceres que se convertem em sepulchros, e pelos gemidos que se alevantam do meio das hecatombas».

Narra Alexandre Herculano, que a bulla que instituiu o Santo-Officio em Portugal, foi expedida em 23 de maio de 1536, mas sómente foi enviada para o reino nos meados de julho do mesmo anno.

O fanatismo de D. João III tocou as raías da demencia escrevendo a D. Pedro Mascarenhas, seu embaixador em Roma, que teria grande gosto em ser inquisidor, se o cargo fosse de príncipe secular. E poucos annos depois nomeou o infante D. Henrique, seu irmão, inquisidor-mór — escolha inspirada pela inteira conformidade de opiniões, e no mesmo excessivo zelo por aquelle tribunal de sangue.

«O estabelecimento da Inquisição, considera um escriptor moderno, veio immediatamente perturbar todo o nosso movimento scientifico e litterario. A reforma dos estudos da universidade, e a sua trasladação para Coimbra (anno de 1537), poucos fructos podiam produzir, em vista do terror que começava a infundir aquella tremenda instituição. Aconteceu o que era facil de prever: os professores mais eminentes, em breve

abandonaram o paiz, receiando poder figurar n'alguma das sanguinolentas tragedias, que começavam no meio dos applausos de toda a côrte.

E como se não fosse bastante esta odiosa instituição, que veio comprimir a manifestação do pensamento, para que o cerebro ficasse de todo atrophiado, sem iniciativa nem arrojo nas suas concepções, appareceu um novo instrumento, ainda mais efficaz, para apagar de todo a luz no seio d'uma sociedade fanatisada. Por instancias e conselhos do mesmo embaixador, D. Pedro Mascarenhas, entraram os jesuitas em Portugal, sendo chamados por um pedido, feito por Diogo de Gouvêa em nome de D. João III, a S. Ignacio de Loyola, que se achava então em Roma. A visita feita a Portugal por S. Francisco de Borja no anno de 1553, visita que tinha sérios e graves fins politicos, foi apro-

veitada, pelos padres da Companhia, para fortalecer a sua situação n'este reino. O santo era um dos validos de Carlos V, iniciado em muitos dos seus segredos, e a sua influencia nas duas côrtes tornara-se poderosissima. Na chronica da Companhia de Jesus, na provincia de Portugal, escripta pelo padre Balthazar Telles, vê-se que os exercicios espirituaes de S. Ignacio de Loyola, foram acolhidos na côrte com o maior enthusiasmo, e o mais ardente fervor. Seguia-os rigorosamente o infante D. Luiz sob a direcção do padre Diogo Mairam, o cardeal D. Henrique sob a do seu confessor o padre Leão Henriques, a infanta D. Izabel, seus filhos D. Duarte, D. Maria, princeza de Parma, e D. Catharina, duqueza de Bragança sob a do padre Gonçalo de Mello, e todos, a sabor do chronista da Companhia, com grandes consolações do céo, manifestadas

em mui copiosas lagrimas de seus olhos, por que ha tambem lagrimas, que alegam, e ha choros que consolam.

Esta sociedade de cortezãos e fidalgos, que se deliciava nos *Exercicios de S. Ignacio de Loyola*, era a mesma que devia, d'ahi a poucos annos, como diz um distincto historiador, abater a bandeira portugueza em Alcacer-Quibir, n'uma funesta derrota, e merecer de Philippe II o dito affrontoso de que era cara mercancia a compra de Portugal.

E se alguma grande intelligencia, educada fóra d'este meio mephitico e dissolvente, tentava reagir contra uma sociedade, onde estavam amortecidos os ultimos clarões d'aquelle espirito cavalheiroso, que fôra o nimbo refulgente que circumdava a fronte do grande condestavel — essa intelligencia por maior que fôra, por mais alto que soassem os seus feitos, ia, como Damião de Goes, receber a

recompensa nos lugubres carceres da Inquisição.

Damião de Goes era odiado pelo clero, e pelos frades. Este homem illustre praticava erros que o fanatismo não perdôa: fôra amigo de Erasmo, e falára, comera, e bebera com Martinho Luthero, e Philippe Melancthon, conforme narra a sentença em que foi condemnado. E d'aqui concluïam os miseraveis, que a sua victima «fôra hereje luterano apartado da nossa santa fé catholica.» Detestava-o a nobreza, porque segundo pondera Barbosa Machado: «ao tratar d'algumas familias do nosso reino diminuiu grande parte da sua fama.»

Ora, como escreve um historiador moderno, «o orgulho da nobreza crescia na razão directa do seu abatimento e degeneração, e as maiores questões d'aquelle reinado eram as de precedencia, e de primazia genealogi-

ca. A paixão que abrazava o peito dos fidalgos, o furioso delirio que os arremessava, rojando como reptis, na poeira, aonde os pés do monarcha pousavam, era o desejo de subirem mais um grau na hierarchia das honras, e terrivel devia ser o seu resentimento contra quem pozesse em duvida a legalidade dos seus venerandos pergaminhos.»

«E não era difficil, acrescenta o mesmo escriptor, invalidar taes pretensões.» Penetrados esses segredos, e publicados no estreito espaço da sociedade portugueza, estão explicados por esse facto os odios, e odios a que a vaidade nunca dá perdão. Mas Damião de Goes fizera mais: exprobara a ingratição havida com Duarte Pacheco Pereira, e na indignição do seu animo, ao narrar a miseria em que se finou o soldado da India, escreveu estas phrases: «Mas o fim d'estas honras em galardam de tantos serviços,

e d'outros que depois Duarte Pacheco fez a el-rei, como se ao diante dirá, foi de calidade, que se póde d'elle tomar exemplo para os homens se guardarem dos revezes dos reis e principes, e da pouca lembrança que muitas vezes tem d'aquelles a quem são em obrigação.»

Pouco conhecimento terá de paços, e da côrte quem não vir n'este thema, posto na bocca de aduladores, e de cortezãos, uma vereda segura para perder um homem como Damião de Goes.

Portugal entrara n'uma profunda decadencia moral. A sede do oiro, os costumes effeminados, trazidos do Oriente, o predomínio absoluto do clero, o atrazo em todos os ramos de sciencia, de artes e de industrias, e a depressão, que actuava em todos os cerebros, pelas influencias deleterias do Santo Officio, da Companhia de Jesus, e de todas

as ordens religiosas, confrarias e irmandades, todos estes elementos dissolventes iam filtrando atravez de todas as camadas sociaes, e preparavam lentamente a perda do reino, e o dominio castelhano. E por isso não causa pasmo o que nos narra um illustre escriptor: «Deu Portugal n'essa época, a par de Roma, um exemplo de inaudita perversidade. Consummára-se a carnificina atroz do dia de S. Bartholomeu. A Europa, a propria Europa catholica desviára o rosto espavorida e indignada, perante essas scenas de horror e de sangue. Soube-se a noticia em Lisboa em 6 de setembro de 1572. Illuminou-se a cidade, repicaram os sinos, resoaram os templos com as acções de graças.»

Foi um verdadeiro triumpho para os catholicos portuguezes. Quantos sentiriam não terem sido algozes n'aquelle infame mortici-

nio. Verdade é, que, para se consolarem, tinham na memoria as matanças dos hebreus, a sua expulsão, e as fogueiras do Santo Officio. Catharina de Medicis e Carlos IX não lhes deviam causar grande inveja, nem profunda emulação.



O abatimento da patria não estacionava — ia resvalando pela ladeira, que a havia de levar, com uma velocidade adquirida, á catastrophe dos areaes d’Africa.

Ao expirar D. João III, em junho de 1557, estava a côrte pobrissima, empenhadas as rendas publicas, e quasi estancadas as verdadeiras fontes de riqueza. Em vida d’este

monarcha, no anno de 1522, sustentavam-se em Africa oito praças fortes, guarnecidas abundantemente de gente de pé e de cavallo, e com representação de boas cidades. Todos estes baluartes significavam a gloria das nossas armas, e haviam sido escola de guerreiros, e de bons costumes militares. Assim o consideraram D. João II e D. Manuel, que, apesar das inquietações domesticas do primeiro, e da avidéz da conquista dos thesouros do Oriente do segundo, nunca se descuidaram de honrar a patria, envidando todos os esforços para conservar illesos os feitos dos seus maiores. A situação, porém, do paiz ia-se tornando cada vez mais afflictiva e dolorosa.

Decresciam as rendas publicas n'uma progressão assustadora, e a população ia diminuindo constantemente, aggravando-se este estado com todos os vicios gerados por

uma prosperidade enganosa. A India era uma voragem, que nos sorvia todo o nosso sangue e dinheiro. Escaceavam os braços para os labores da agricultura, e para os infimos empregos. Rareava a gente para a navegação, e para a milicia. Reputava-se já deshonor e vileza o trabalho honrado, finalmente os lavradores eram coagidos a servir-se com mulatos, e escravos da Guiné. «A necessidade de acudir com muitas armadas, diz um historiador portuguez, á guerra continua da Asia, todos os annos despojava o reino. A cubiça desvairava os mais sisudos, levando-os longe da patria a fundarem cidades e logares em terras tão remotas, e d'onde só poucos voltavam». A rapida e visivel degeneração, que nos arrastava irremediavelmente para a ultima ruina, no meio dos falsos esplendores, e das pompas especiosas da conquista do Oriente, levaram os

ministros de D. João III a aconselharem-lhe o abandono d'algumas das praças d'Africa, com o fim de salvarem, e de manterem intactas todas as possessões da India. Assim se procedeu, e abandonámos Saphim, Azamor, Arzilla e Alcacer Seguer. Seculos depois, parece que o destino nos prepara uma situação ainda mais angustiosa, e cujas consequencias serão mais dolorosas e funestas.

Um distincto humanista, que veio da Universidade de Salamanca para Evora, por convite de D. João III, e foi mestre do cardeal infante D. Henrique, escrevia ácerca de Portugal, em 1535, pela seguinte fórma: «Se a agricultura alguma vez foi desprezada é de certo nos logares que habito. O que em toda a parte se reputa o nervo principal das nações, aqui olha-se como insignificante ou inutil. De mais, a quem asseverar que os portuguezes não vivem adormecidos de alma

e corpo na indolencia, poderei eu assegurar que n'esse caso não ha povo, que mereça a accusação de inerte». Era prodigioso o numero dos escravos — e além de Garcia de Rezende o affirmar, accrescenta Nicolau Cleonarts: «Os captivos pollulam por todos os lados. O serviço é todo feito por negros e moiros. Ha em Lisboa tal abundancia d'esta mercadoria, que se julga que excede em quantidade os portuguezes livres. Diffilmente se encontrará uma casa sem creada d'esta qualidade. Ella é quem vae comprar, quem lava a roupa, limpa os aposentos, acarreta a agua, e faz os despejos; em uma palavra, é escrava, e só na figura se distingue de uma besta de carga. Ha pessoas que não colhem pequeno lucro da venda dos captivos moços, creando-os como pombos para os levar ao mercado. . . . Para dizer as coisas de uma vez, em toda a Hespanha

Venus parece-me que merece o nome de *Publica*, do mesmo modo que na antiga Thebas, e principalmente em Portugal, aonde se reputa como raridade ver um mancebo contrahir ligação legitima». Mais adiante escreve este notavel homem de letras, «que é tão forte aqui o amor do ocio, que as pessoas mais graves, com vontade, ou sem ella, são obrigadas a servir-se com escravos, supportando com prudencia o que não podem evitar».

Rebello da Silva, nos seus trabalhos historicos, diz: «que toda a actividade do paiz se limitava quasi ao transporte das drogas e especiarias da Asia, preço de tanto sangue e de tão dolorosos sacrificios, para com ellas obtermos os objectos de primeira necessidade, e os de luxo». Este mesmo illustre escriptor cita Nicolau Cleonarts, e o trecho é assaz curioso:

«Se quizesse condescender com os usos do paiz, sustentaria uma mula e quatro lacaios. Mas como seria? Jejuando em casa, emquanto brilhava fóra, e devendo com magua mais, do que poderia pagar. Isto bastaria para fazer de mim um perfeito cortezão...»

«Ha muitos que não são mais ricos do que eu, e que andam acompanhados de oito creados, que sustentam, não direi com abundancia, mas com fome, e por outros meios, que sou demasiado estúpido para aprender em dias de minha vida. No fim não é custoso recrutar uma turba inutil de servidores, por que esta gente tudo prefere á fadiga de exercer uma profissão. Mas de que serve tamanho sequito? Eu explico. Se os velhacos são de uma preguiça formal, qualquer d'elles emprega-se em fingir que faz alguma cousa. Dois caminham adiante, o terceiro

traz o chapéu, o quarto o capote, se por acaso chove, o quinto pega na redea da valgadura, o sexto apodera-se dos sapatos de seda, o setimo de uma escova, o oitavo mune-se de um panno de linho para limpar o suor do cavallo, em quanto o amo ouve missa, ou conversa com um amigo. O nono offerecer-vos-ha um pente para alizar os cabellos se precisardes de cumprimentar pessoa importante. Nada affirmo que não visse por meus proprios olhos. Com semelhantes costumes cuidaes que alguem, filho de paes livres, se resolva a dedicar-se a qualquer trabalho? Ainda que eu me decidisse a gastar a metade do meu rendimento não encontrava uma creada livre, nem um creado, que verdadeiramente o quizesse ser».

Diogo de Couto fala a mesma linguagem, e avalia-nos com a mesma severidade. Recorda-nos o dito agudo do rei de Cochim,

quando começaram a declinar as nossas antigas virtudes. Affirmava o rei, que o dominio portuguez se ia perdendo, por que de Portugal já não iam tres coisas essenciaes: — verdade, espadas largas, e portuguezes de oiro!

«Em vez d'aquelles soldados veteranos com a barba pelos peitos, pelotes pelos joelhos, e bésta ao hombro, lembra o illustre escriptor, appareciam os soldados moços, e alindados de D. João III, e D. Sebastião, com as capas ornadas de veludo, couras e calções enfeitados, meias de retroz, chapéu com fitas de oiro, espada e adaga douradas, barba rapada e topete alto.»

O estado da sociedade portugueza, no tempo de D. João III, fica aqui levemente esboçado, se nos sobrara espaço, nos capitulos das côrtes de Torres Novas achariamos mais graves fundamentos ainda, para

avaliar a podridão d'uma sociedade inteira.

«A gangrena, como diz um eminente historiador, já subia aos órgãos mais importantes da vida social. A cubiça allucinava a todos; a consciencia estava muda, a honra era uma palavra sem sentido, e os vicios, affrontando-se com o segredo e o silencio, campeavam abertamente á luz do dia, orgulhosos da tolerancia que os estimulava, e dos exemplos, que os animavam.»

Basta. Summariámos intencionalmente, n'um largo inquerito, as opiniões de varios escriptores, para que se não diga, que exaggeramos as sombras n'este quadro da decadencia, e de esphacelo. Não quizeramos que nos suspeitassem de termos sido arrasado, por preconceitos de doutrina ou influencias de escola, a agrupar adrede os factos, desvirtuando-os, para encontrar a lei

da evolução. Se a indole d'este trabalho o comportasse, mais copiosas seriam as citações, e mais frisantes os trechos, e n'esta indagação dariamos de frente com Fr. Luiz de Souza, Fr. Bernardo da Cruz, Bayão, Jeronymo Connestagio, Sebastião de Mesa, Miguel Leitão d'Andrada, Jeronymo de Mendonça, Jeronymo Franqui, D. Francisco Manuel de Mello, Alexandre Herculano, as relações dos embaixadores de Veneza, e outros escriptores. A lista é longa, mas mais dilatados foram os annos de desgraça, e de infortunio para a patria.



Não é nosso intuito historiar o reinado de D. Sebastião, nem se compadece com o

fim d'este trabalho, uma minuciosa narração da guerra africana, e da catastrophe de Alcacer-Quibir. Outros o fizeram, e por fórma tal, que estão bem patentes as causas da perda de Portugal, e as affrontas do jugo castelhano.

D. Sebastião, na flôr dos annos, e ávido de gloria, fôra educado no seio do mais exaggerado mysticismo, corria-lhe nas veias o sangue de Joanna *a Louca*, e, por estes laços de parentesco, herdou talvez as allucinações e perturbações de cerebro, que os alienistas diagnosticam como phenomenos phrenopathicos. Tão desvairado ia nos seus intentos de conquista quando partiu para a Africa, tão deslumbrado por esperanças temerarias, que na sua galé levava uma coroa de oiro cerrada, embora o desminta Jeronymo de Mendonça, para, no dia da sua entrada em Alcacer, se proclamar impera-

dor de Marrocos. Iam tambem vestidos, e alabardas para a sua guarda de honra, quando se effectuasse a coroação, e até Fernão da Silva levava escripto e decorado o sermão com que, do alto do pulpito, havia de exaltar os esplendores do triumpho. E assim ia com forças desproporcionadas, sem disciplina, nem cohesão de interesses, separando do seu lado os melhores capitães, abalançar-se a uma empreza desaconselhada por todos os homens prudentes da côrte, e reprovada com as lagrimas e clamores do povo.

Tinham-se apagado as tradições guerreiras da eschola do Condestavel e de D. João II, onde se haviam formado os guerreiros de D. Manuel. As luctas da India eram sobretudo luctas navaes, e as que se faziam em terra eram menos renhidas, e menos arriscadas do que as de Tanger e Ceuta. As raças)

do Oriente, enervadas pelo clima, e pelos prazeres, não oppunham a tenaz resistencia das tribus de moiros africanos. Era natural que o desprezo, ou o esquecimento da disciplina dos fronteiros d'Africa, extincto nos palmares da India, provocasse grandes desastres.

A nenhuma das razões se moveu o joven monarcha. «E a todos que n'isso se metiam, diz Miguel Leitão d'Andrada, trombejava, e fazia focinho, e dava em tudo dissabores.» Ao proprio duque d'Alba, tão elogiado como capitão, que lhe representou que não fizesse a guerra em pessoa para não arriscar a reputação a algum desar, perguntou o rei: «Duque, de que côr é o medo?» Nem as palavras de D. João Mascarenha, nem as advertencias de D. Luiz de Athaide, nem as observações de Martim Affonso, nem os conselhos do duque de Aveiro, D. Jorge de

Lencastre, poderam quebrar a cega obstinação do monarcha. Serviram apenas para lhe excitar a furia, e um vivo resentimento.

Da sinceridade das diligencias de Philippe II houve quem suspeitasse. Asseveram alguns, que vendo o sobrinho inabalavel, exclamára o principe castelhano: «Vaya en ora buena, que si venciere buen yerno tendremos, y si fuere vencido buen reyno nos vendrá.» Será verdade? — Antonio Perez, que tanto o conheceu, não duvidaria certamente. E tão desvairados andavam os espiritos, tão cegos os entendimentos, que mais parecia que se ia para uma festa, do que se partia para uma guerra além-mar, onde tudo havia de escaçar: gente, disciplina, honra, e brios militares.

«Antes de D. Sebastião passar para bordo, diz um notavel historiador, não se viam nas ruas de Lisboa senão brocados, telas de

oiro e prata, e tecidos de seda. Os veludos e damascos em pouco se reputavam, quando não eram realçados pelas rendilhas e espiguilhas, torchados, passamanes e alamares de oiro. As despezas feitas com os vestidos luxuosos, e com as armas e ornatos arruinavam até as pessoas que se diziam abastadas. A pedraria empregada em tranças de chapéus, cravejadas de rubis, diamantes e esmeraldas, em preciosos camapheus, e em medalhas e cadeias de dez e doze voltas; as couras bordadas de oiro com botões do mesmo metal; os gibões e coletes sobre teliha de oiro com pespontos maravilhosos de córte pique; os capotes de damasco e de setim bandados com barras de veludo e torções, compunham um todo tão raro e lustroso, que se deslumbravam os olhos, contemplando-o.»

Egual pompa se via nos corpos de aço,

nos quaes mandavam pintar os brazões em campos de diversas côres, e não menor era a magnificencia nos arreios dos cavalloos.

E n'este desvairamento em que todos corriam para o abysmo, não admira, que nas vesperas da batalha, segundo nos narra Barbosa Machado, o barão de Alvito, D. Rodrigo Lobo, pasmado da obstinação constante contra todas as medidas acertadas que aconselhavam ao rei, e que este repellia, falando com Fr. João da Silva, da ordem de S. Domingos, e irmão do bispo do Porto, exclamára profundamente afflicto: «Padre, porque não prenderemos este homem, que nos perde por seu gosto?» «É tarde, respondeu o religioso, já não ha remedio. Não o vêdes cercado de validos e lisongeiros, que o enganam, sem ninguem se atrever a expô-lhe a verdade, e sem elle a querer escutar?» «Pois se é tarde, observou o barão, lacerado

pela magua, rezemos pelo rei, pelo reino e pelos vassallos.»

O que foi a batalha, a desordem, a imperícia, e os desvarios commettidos transparecem das narrações de Jeronymo de Mendonça, e de Miguel Leitão d'Andrada.

Não nos demoremos em presença d'este espectáculo, que representou um tremendo castigo.

«Uma catastrophe terrivel, mas esperada, diz um historiador, poz termo a tão loucas esperanças!»! Em meia hora, se tanto durou a batalha de Alcacer, era cadaver o rei de Portugal, jazia exangue ou captiva a flôr da nobresa, andava de rojo o pendão de D. Affonso Henriques, e a monarchia, abattida aos pés dos moiros, ia ser conquistada por Philippe II. Aos cavalleiros d'Africa, como pondéra um distincto escriptor, tinham succedido os mercadores da India, e esses

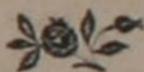
nem souberam pelejar como soldados, nem souberam morrer como portuguezes.

Na actualidade commemora-se em Portugal a revolução de 1640, e aquelles que dirigem os festejos occupam-se em repetir ao povo, paginas e paginas do livro do Conde da Ericeira, para lhe explicarem que acontecimentos se deram no dia da restauração. Melhor fôra que lhe ensinassem, nas tristes licções do passado, como as nações se perdem, e como as devassidões, e as torpezas as levam á ruina, e á perda da sua autonomia.

Alcacer-Quibir foi a expiação cruenta de longos erros, e, ainda assim, as algemas do captiveiro, nos carceres de Fez, eram menos pesadas do que o foram depois as affrontas da oppressão castelhana.

Meditem n'isto os entusiastas de foguetes e luminarias. O verdadeiro pundonor não

é provocante, nem ruidoso. A impassibilidade é a virtude dos fortes. A consciencia segura de que hade sempre cumprir um nobilissimo dever, como é a defeza da patria, não carece de festejos, nem busca manifestações de contentamento.



O curto reinado do cardeal D. Henrique foi um opprobrio, e mais uma deshonra para a patria. Diz um historiador moderno. «A flôr da nobreza morta ou captiva em Africa, a riqueza publica estancada pelas despesas, e vexames da jornada, e pelos sacrificios impostos ao erario, e aos particulares pelo resgate dos que sobreviveram á derrota; um

rei pouco amado, inerme, e dominado de pueris escrupulos; nenhum conselho prudente nos ministros, nenhuma vontade decidida nas classes que deviam entender-se para repellir o estrangeiro; e no meio de tanto desalento e confusão as cartas de mercê, os presentes, e as cédulas de Hespanha a acabarem de consumir os brios, e a exacerbarem de dia para dia, com a obra da corrupção, o desespero dos que não queriam o seu dominio, e a impaciencia dos que o buscavam como fatal, mas unico refugio de tantos males.»

Pouco podemos accrescentar a este quadro. Os fieis á causa da independencia, depois da morte de D. Henrique, foram acorrentados para os carceres, ou exhalaram o ultimo suspiro nos cadafalsos, ao passo que os póssuidores das cédulas em branco recebiam as largas mercês, ajustadas em nome

Agora é a Memória

*agora ta
Memoria
nha*

do rei catholico, ou as vergonhosas peitas em dinheiro, prodigalisadas a alguns, com mão liberal. Feito isto, podia Lisboa vestir-se de gala, e armar arcos triumphaes para receber Philippe II.

Nada temos que vêr com este periodo em que Portugal, a despeito das côrtes de Thomar, foi uma provincia de Castella. Bastanos assentar, como rigorosa consequencia do que fica narrado, que Portugal succumbiu, consummido pela gangrena, que lavrava incessantemente desde o reinado de D. João III.



A monarchia hespanhola sahira d'um periodo de anarchia, e iniciára a sua organisa-

ção depois do casamento do sagaz Fernando d'Aragão com a rainha Izabel, *a Catholica*. Quando mais tarde se assentou no throno o filho de Joanna, *a Louca*, as influencias da Casa d'Austria, e a sua propria politica tinham firmado o poder real em todo o imperio. «Nenhum dos seus actos, diz Benedetto Varchi, tinha o cunho da insinuação de qualquer ministro; n'elle não havia precipitação nem paixão; — havia resoluções amadurecidas pela reflexão — a sua primeira palavra era tambem a ultima.» Com este animo, é facil de conceber o zelo que empregou, para dar todo o brilho á magestade da coroa. Por isso observa o professor Ranke; «que um homem assim, com este sangue frio, e tão grande moderação, parecia feito para assumir ao mesmo tempo, o governo de muitas nações.» Não era seu filho, Philippe II, que lhe poderia destruir os proje-

ctos — elle, o mais cioso defensor das prerogativas regias. O sabio historiador Ranke compoz a sua obra: *A Hespanha no tempo de Carlos V, Filippe II e Filippe III*, baseada sobre documentos de subido valor, como são as relações feitas pelos embaixadores venezianos Contarini, Tiepolo, Cavallo, Michelli Soriano, Lippomani, e outros. «Se a destruição pelos incendios, pondéra Armand Baschet, *Histoire de la Chancellerie Secrète*, não tivesse mutilado uma parte das admiraveis collecções de despachos, e relatorios dos embaixadores, e residentes de Veneza, poder-se-ia dizer que o Occidente, e o Oriente teriam alli os seus annaes, e as suas memorias, desde o decimo terceiro seculo até ao fim do decimo oitavo, escriptos dia a dia, por testemunhas oculares, observadores sagazes e penetrantes, habilissimos politicos, bons escriptores, e bem collocados para

não ignorarem nada da origem dos factos, e da razão das coisas.» Armingaud, no seu interessante trabalho: *Veneza e o Baixo-Imperio*, é também de parecer, «que a diplomacia veneziana distinguiu-se sempre pela clareza, precisão, conhecimento exacto das forças próprias, previdencia em todas as eventualidades, e penetração do futuro.» A correspondencia diplomatica dos enviados de Veneza em Portugal, desde o reinado de el-rei D. Manuel até aos fins do seculo xvii, e os relatorios, por elles lidos perante o Conselho, são a historia exacta das nossas conquistas, dos nossos descobrimentos, das nossas forças militares, do numero e qualidade dos nossos navios, do estado da nossa fazenda publica, das nossas pelejas, da nossa organização judicial e administrativa, do nosso viver intimo, das intrigas da côrte, e a descripção perfeita das qualidades, e de-

feitos dos nossos monarchas, e dos nossos homens d'Estado. Um d'estes embaixadores dizia á Serenissima Republica, com uma intuição admiravel, que o nosso predominio no Oriente, não seria muito duradouro, por que nos faltariam recursos para costear a enorme despesa das armadas, e braços para segurar o immenso colosso da India.» Sabia, pois, o Senado de Veneza todos os oito dias, pelas relações dos seus enviados, lidas ordinariamente aos sabbados, o estado do mundo «e o d'aquelles que o governam.»

«Um pensamento unico dominou, se não nos enganamos,» observa um historiador contemporaneo, «todas as modificações operadas desde os fins do seculo xv. Foi o da concentração dos poderes nas mãos do rei, e o da successiva annullação dos elementos, que na meia idade representavam o principio da resistencia legal, moderador neces-

sario das usurpações reciprocas das diversas classes, e freio salutar dos excessos da aucto-
dade real. A unidade monarchica triumphou, seus passos encaminharam-se depois para o estabelecimento do governo absoluto, valendo-se de todas as armas para isso, e do favor das circumstancias. Das garantias afiançadas na antiga constituição, e solemnemente juradas pelos soberanos, quasi nenhuma, nos fins da segunda metade do seculo xvi, passava já de ficção ou de pura formalidade. Tinham desaparecido as coisas, e ficado só as palavras. Os resultados foram tristes. *D. Sebastião expiou como rei os erros do poder pessoal. O paiz, cumplice voluntario na propria abdicación, e entregue pelos que deviam defendel-o, pagou com a independencia o silencio e a docilidade.*»

Durante o dominio castelhano, a situação politica de Portugal foi a de Hespanha, e

por isso caminhámos na evolução do poder real, occultos como ficaram os germens de preponderancia, ainda existentes em algumas familias aristocraticas, apesar dos golpes certos que dera na nobreza D. João II, e do zelo pelo poder magestático, que manifestaram sempre D. Manuel, D. João III e D. Sebastião.

«Posto que desde 1620, como escreve o Visconde de Santarem, referindo-se ao professor Ranke, a formidável monarchia que Carlos V, e Philippe II tinham formado dos Paizes Baixos, de Milão, das Duas Sicilias, e dos vastos paizes das Indias Orientaes e Occidentaes, caminhava a passos largos para a sua decadencia e ruina, sob os reinados de Philippe III e IV, e que os immensos thesoiros, que tinham achado na America, houvessem sido consumidos na guerra contra a Hollanda, no chimerico projecto de mudar

a ordem da successão estabelecida em França, finalmente em uma tentativa infructuosa contra a Inglaterra; posto que todas estas causas tivessem abatido o grande poder da Hespanha, nem por isso o orgulho, e o prestigio do seu antigo poder deixou de sobreviver, e o Leão Hespanhol ainda inspirava, na epoca de que tratamos, um grande terror, fazendo-se ainda temer, e recear na presença mesmo da sua notoria decadencia.»

A revolução de 1640 foi um acto heroico, e de uma extrema audacia, ainda mesmo se dermos grande valor á protecção indirecta de Luiz XIII, e do cardeal de Richelieu — e não pequenas as humilhações diplomaticas, e os pungentes desalentos que se seguiram ao acto da restauração.

O Visconde de Santarem queixa-se da pouca attenção, que o auctor da *Historia de Portugal Restaurado* deu ás negociações do

Congresso de Munster. «Congresso, diz o illustre escriptor, em que se tratou dos destinos da Europa inteira, e em que se assentaram as bases do direito publico moderno, sem ao menos ter visto nem mencionado o que alli se passára em relação a Portugal.»

A nossa autonomia correu effectivamente grandes riscos, e gravissimas foram as difficuldades com que luctaram os ministros portuguezes, tendo contra si todo o poder da Hespanha, e do Imperio, e até a influencia dos proprios mediadores — a Curia de Roma, e a republica de Veneza. E não admira que assim fosse, porque a Hespanha, possuidora ainda dos pontos mais importantes da Italia, atemorizava todos os Estados d'aquella peninsula. O Papa era apertado n'um cinto de ferro, pelos vice-reis hespanhoes, entre Napoles e Milão, a Republica de Veneza achava-se entre Milão e o Tyrol

Austriaco, e a Saboia tinha de um lado a França, mas estava limitada no outro extremo por Milão.

Alli mesmo, no congresso de Munster, foram os ministros da Casa d'Austria, com armas e gente, á morada dos embaixadores de Portugal, e deveu-se aos francezes não ter acabado tragicamente aquelle insulto. Em Roma houve uma violenta lucta entre castelhanos, e portuguezes, auxiliados estes pela embaixada de França, onde o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, procedeu com a mais nobre coragem, finalmente o tratado de Liga, proposto pela nossa côrte, pretensão em que nós lidavamos quasi sem cessar, havia treze annos, com a França, e que esta se recusava a fazer, ao passo que nós exigia um valioso subsidio; tudo isto patenteia quanto a nossa situação era precaria e afflictiva para os que temiam o poder de Cas-

tella, e sentiam com profunda dôr as nossas humilhações, e vexames em face da Europa.

As batalhas e recontros com hespanhoes, em que iam alcançando grandes victorias, deixavam-nos exhaustos de homens e de dinheiro, e o cardeal Mazarini, devotado á Casa d'Austria, servia-se de nós como de instrumento para se compor com a Hespanha, deixando-nos, depois, a lutar isolados contra todo o poder da nação visinha. Basta isto para explicar o profundo sentimento, que causou a D. João IV, a morte do cardeal de Richelieu.

Francisco de Sousa Coutinho, estando embaixador em Roma, escrevia a este monarcha: «Para nós, senhor, a perda não é grande, ha muito tempo que sei, que a França nos não tem senão por cabeça de lobo, para espantar com uns e ganhar com outros, e vossa magestade o verá, que nem

comnosco ha-de concluir liga, nem nos ha-de enganar, quer-nos ter sempre dependentes para fazer seu negocio, e não o nosso. Prova-se bem com as experiencias de Munster, e mais ainda em regatear o tempo em que vossa magestade lhe queria pagar, quando na quantidade se não desavinha.» Em outra carta, dirigida ao mesmo soberano, diz Francisco de Sousa Coutinho: «Senhor: Tive, na posta d'esta semana, carta do padre fr. Domingos do Rosario com novas que me poderiam sobresaltar, como o sobresaltaram a elle, se eu não conhecera melhor França, e não estivera em Roma. Fala-me em um castelhano, frade, que veio áquella côrte: diz-me de muitas audiencias que tivera secretas do cardeal Mazarini, a que elle acudia, e obrava de maneira, que o castelhano se queixava de que, tendo o seu negocio em grande altura, as diligencias do nosso

lh'o haviam arruinado, presumpção de ministro novo, pois se persuade que se a coisa estivesse bem á França, a poderiam divertir suas diligencias. O cardeal poderá não querer a paz, mas nunca lhe convém mostrar que a não quer: dá ouvidos a tudo o que se lhe propoem, e obra depois como lhe parece.»

Em 1655 veio a Portugal o cavalheiro de Jant, na qualidade de enviado extraordinario, mandado por Luiz XIV. Os documentos d'esta negociação descobrem todo o fio das transacções diplomaticas, e dos interesses, e vistas politicas das duas côrtes de Portugal, e de França. Se não podemos acompanhar miudamente esta interessantissima missão, não resistimos, comtudo, ao desejo de mostrar ao leitor em toda a sua luz o retrato da rainha D. Luiza de Gusmão, tão digna de respeito pelas suas qualidades, e que o cava-

lheiro de Jant, como narra o Visconde de Santarem, descreve por esta fórma ao cardeal Mazarini: «Começa o enviado dizendo que, se as grandes qualidades da rainha de Portugal não fossem tão conhecidas do sobredito cardeal, e de toda a França, custava a acreditar podesse haver uma mulher tão ilustrada, como o era aquella princeza, em quem o natural e o adquirido se encontravam no mais subido gráo, e a quem eram tão familiares a lingua latina, e italiana como a portugueza, e castelhana; e proseguindo em sua narrativa refere, que a respeito da revolução de Portugal lhe havia dito: Que não podia acreditar como parecesse pouco á França, que um duque de Bragança, que era o senhor mais poderoso do reino, e de toda a Hespanha, tanto em fazendas como em dinheiro, se houvesse aventurado a perder a vida, a de sua mulher e filhos, com

quantos bens possuía antes de ser rei, os quaes não eram de tão pouca consideração que não rendessem annualmente acima de trezentos mil ducados; que se resolvesse a transpôr tão perigoso passo, deixando um bem presente real por méras esperanças, mormente não sendo estas fundadas em outra cousa mais que na amizade do povo, sempre inconstante, e por natureza mudavel; e que pondo de parte todas estas considerações, tentasse de sacudir o jugo de Castella, e chegasse a recobrar, como por milagre, o reino com as conquistas de seus predecessores, á excepção da cidade de Ceuta, achando-o desprovido de quanto era mister para a guerra, o dominio dos antigos reis vendido ou empenhado, e pela mesma maneira o rendimento das alfandegas de Lisboa, que constituia a maior parte dos do reino, os quaes como se achassem empe-

nhados em mão de pessoas, que haviam grandemente contribuido para a acclamação d'el-rei seu marido, não havia meio de des-empenhal-os senão pagando o que legitimamente se lhes devia ; por que bem se devia saber, que o costume da coroa de Castella, sempre conforme com o dos usurpadores, era de começar por vender e destruir o patrimonio dos reis desthronados, para tirar-lhes toda a esperança de o poderem recobrar.»

«Que o reino de Portugal, no principio, se achava inteiramente desprovido de dinheiro, de artilheria, armas, e polvora, que os armamentos, e arsenaes careciam de tudo quanto é mister para a guerra, tanto por terra, como por mar; que o povo nenhuma disciplina militar tinha; que não havia cavallos, que n'uma fronteira de cento e cincoenta leguas não existia uma só praça em estado de de-

fender-se; que em prover tudo do necessario gastára el-rei de Portugal não só todo o dinheiro que tinha, mas que para sustentar aquella atrevida empreza havia vendido até as suas joias.»

«Que na verdade se não podia negar, que a prosperidade em que n'aquella occasião estavam as armas de França havia contribuido, e assegurado el-rei na resolução que tomára de se declarar; mas que tambem se não deviam pôr em esquecimento as vantagens que d'alli colhera a França, pois que a conquista do condado do Rossilhão fôra uma consequencia do alevantamento de Portugal, achando-se o inimigo desfalcado com a separação d'um tão grande estado, que havia sido reunido a Castella.»

«Que Portugal, depois da perda que fizera do cardeal de Richelieu, o qual por um sem numero de cartas, por meio de soccor-

ros effectivos, e pela presença de seus parentes, havia durante toda a sua vida dado grandes consolações áquelle reino, ao qual elle quizera conceder com liberalidade, e por cousa nenhuma o que elle pedia hoje com tanta instancia, havia fundado todas as suas esperanças no cardeal Mazarini, de quem, todavia, não podera até alli obter a conclusão d'um negocio tão justo, e tão conforme á razão, como era o da liga.»

«Que a França se persuadia, sem fundamento, que o reino de Portugal estava cheio de dinheiro, e que, todavia, nada havia mais facil do que mostrar-lhe o contrario, pois que o povo tinha sido obrigado, depois da acclamação de seu rei, a sangrar-se, para alimentar o Estado, concedendo voluntariamente a decima parte do seu rendimento.»

«Que se devia reflectir nas despesas prodigiosas que se fizeram no principio d'aquella

mudança, tanto em compra de todas as cousas, que faltavam para sustentar a guerra, como na fortificação, e apercebimento das praças, tendo custado só a d'Elvas mais de dois milhões de libras, que se achava então em melhor estado que qualquer da Europa, bem como as de Olivença, Campo Maior, Castello de Vide, e muitas outras em que se trabalhava sem cessar; sem falar nas guerras da Persia, e do Mogor nas Indias Orientaes, dos holandezes no Brazil, e d'Angola; o que não dava logar a se ajuntarem thesouros, como se imaginava, e como os castelhanos publicam para pôr macula no governo d'el-rei, dizendo estavam seus cofres atulhados d'ouro e de prata.»

«Que todos os Potentados da Europa, tendo interesse na conservação de Portugal, a maior parte d'elles não pensavam, senão em tirar-lhe uma penna da aza; que era á

aguia arrogante a quem convinha fazel-o, e não á pomba innocente, que a bondade com que el-rei soccorria os affligidos era causa dos negocios d'Inglaterra que el-rei tinha sobre seus hombros; que se Portugal não tivesse senão a satisfazel-o, el-rei venderia as joias de sua coroa para lhe comprar, mas que como havia ainda outros interesses particulares, que podiam obrigar Portugal a estar de sobreaviso, era mister que, conforme o proverbio francez, guardasse uma pera para a sede; que s. m. christianissima receberia o que as posses de Portugal soffriam que se lhe désse, sem exigir mais do que estava em seu poder, que era muito mais limitado do que se pensava.»

«Que o interesse que a França mostrára, na conservação do reino de Portugal, era tão notorio, que toda a Europa achava estranha

a demora, que ella oppunha, a se empenhar em sustental-o, sendo certo que todos os senhores de Hespanha, ainda que o contrario dissessem, desejavam com ardor aquelle desmembramento, pela acolhida que alli podiam achar, caso experimentassem alguma desgraça.»

«Que se a França, por espaço de oitenta e tantos annos, auxiliára aos herejes de Hollanda contra a Casa d'Austria, e que n'aquellas guerras gastára grandes sommas de dinheiro, e sacrificára a vida de muitos dos seus, com mais forte razão era obrigada a sustentar um rei, legitimo possessor de seus Estados.»

«Que seria melhor, que a França continuasse ainda trinta annos a guerra para sustentar Portugal, e contrabalançar por meio d'elle o grande poder da Casa d'Austria, do que concluir uma paz, por

mais vantajosa que fosse, sem n'ella o incluir.»

«Que motivo de queixa podia ter a França contra Portugal, e em que elle tinha desmerecido, para o querer excluir da sua amizade e protecção em favor d'um tyranno usurpador? — que se era por Portugal não querer conceder á França as quantias que ella pedia adiantadas, seria uma injustiça o exigir d'um alliado cousas que excediam as suas posses, sobre tudo esforçando-se elle em dar quanto podia; que se não devia reputar perdido o que somente era differido; que pagar em dois annos o que se devia pagar n'um, sempre era pagar; que estando-se d'accordo a respeito das sommas principaes, e não havendo differença se não no mais ou menos da que se devia dar adiantada, era el-rei de Portugal bem infeliz, e bem pouco considerado da França, se esta lhe não

concedia o favor que elle lhe pedia; que o pagamento dos dois milhões achando-se completado, e durando ainda a guerra entre Portugal e Hespanha, não pretendia el-rei, seu marido, ficar isento da contribuição, nem deixaria de fazer todos os seus esforços nas fronteiras; que se até então os não tinha feito do modo que a França entendia, era por que não se vendo amparado contra a desgraça, que lhe podia sobrevir, d'um tratado de paz em que não fosse incluído, se não abandonára de todo, reservando-se para fazer todos os esforços na extremidade a que se podia estar reduzido, de sustentar um dia elle só o peso de toda a guerra.»

«Que a provincia que para isso era mais accommodada era a d'Andaluzia, por ser a melhor de Hespanha para a subsistencia das tropas, a mais rica, e a mais abundante, como tambem a mais carregada de impos-

tos, e que o povo de Sevilha, e das terras chans estava prompto a revoltar-se, mas que não vendo ninguem que lhe abrisse os braços, ficava sem effeito aquella boa vontade; que não podia haver cousa, que mais sensivel fosse a el-rei de Castella, do que o fazer-se-lhe guerra n'aquella provincia, nem mais vantajosa para a França para facilitar-lhe a conquista de Flandres, nem mais comoda para Portugal.»

«Que se a França se queixava dos portuguezes, por não a terem soccorrido nas desordens passadas, tivera d'isso culpa a mesma França, pois não quizera receber as assistencias a troco d'uma protecção, que el-rei de Castella não tivera duvida de conceder ao principe de Condé, vassallo rebelde de França; que o que mais maguára a Portugal, fôra o vêr a França negar-se a recebê-lo com a mesma condição, com que Cas-

tella recebia os inimigos e rebeldes de França; que o mais cruel inimigo da França, e do cardeal era o principe de Condé, e o mais poderoso alliado e amigo da França era Portugal, e que todavia a França nenhuma reflexão fazia na desigualdade das pessoas, e que uma quantia maior ou menor de dinheiro, era um estorvo á união de ambas as coroas; que, se por desgraça, Portugal viesse a ajuntar-se com Castella, com qualquer condição que fosse para perder-se ou salvar-se com ella, perderia muito n'isto a França, e ganharia muito mais a Hespanha.»

«Que se não contava por nada, as forças que el-rei de Castella era obrigado a ter em suas fronteiras para se oppôr a Portugal, e as vantagens que a França colhia de não ter contra si os soccorros que Portugal, amigo de Castella, poderia dar-lhe, não havia razão humana, que lhe podesse fazer compre-

hender o motivo que estorvava a união da França com Portugal; que não bastava que o cardeal se empregasse em dilatar os limites do reino, que mais gloria lhe viria de conservar os estados d'aquelles que enfranqueciam o inimigo.»

«Que a França lhe fazia esperar, que quando se tratasse do casamento de el-rei, se teria uma consideração particular para com a infanta, sua filha; que elle de Jant podia fazer conceito de sua belleza, pois a havia visto; mas que sendo esta a menor de suas qualidades, e sendo a intenção do cardeal de dar a el-rei de França uma mulher de uma condição branda, submissa e obediente, era Catharina, sua filha, o abreviado de todas as perfeições, de um sangue tão illustre como qualquer da Europa, e digna só de um rei de França; que, todavia, soubera com bastante displicencia que a frus-

travam d'aquella esperanza, tomando por pretexto a conducta de Portugal, mas que de tudo nos deviamos consolar n'este mundo; que se não houvesse para a infanta, sua filha, reis na Europa, não lhe faltariam em Lisboa conventos, onde ella, por menos de dous milhões, poderia entrar para servir a Deus o restante de seus dias.»

Foi longa a citação, e talvez mal cabida aqui, mas descortina, com a maior exactidão, o estado de Portugal durante o reinado do primeiro soberano da casa de Bragança, e deixa-nos vêr em todo o seu brilho o animo varonil, e a elevada intelligencia da rainha, D. Luiza de Gusmão.

O duque de Bragança, como affirmou a rainha, empregava todos os meios para levar a cabo esta empreza. D. Luiz da Cunha, no seu chamado *Testamento Politico*, diz o seguinte: «Se nos quizermos lembrar do

tempo em que o senhor rei D. João IV restaurou a coroa, veremos que sem primeiro haver contratado alguma alliança, sem primeiro ter levantado algum exercito, nem aparelhado alguma armada, e sem possuir o Brazil, apesar de tudo resistiu; o que parece tanto mais impossivel, que as primeiras letras de cambio que passou para tirar de Amsterdam tudo o que lhe era necessario, *ninguem as quiz acceitar, e se apregoáram na praça, e seriam protestadas, se Jeronymo Nunes da Costa (já se sabe, judeu) as não tomasse.*»

Quando Pedro de Mendoça, alcaide-mór e senhor de Mourão, foi enviado ao duque de Bragança para lhe offerecer a coroa de Portugal, em nome de quasi toda a nobreza do reino, advertiu-lhe, que se os conjurados não tivessem meio de o persuadir, estavam resolvidos a formar uma republica. Commu-

nicou o duque ao seu secretario, Antonio Paez Viegas o que acabamos de referir, e foi narrar á duqueza o que lhe aconselhavam. D. Luiza de Gusmão, segundo relata o conde da Ericeira, na *Historia de Portugal Restaurado*, seguido no *Gabinete Historico*, quasi textualmente, por fr. Claudio da Conceição, «julgou generosamente por mais acertado, ainda que a morte fosse consequencia da coroa, morrer reinando, que acabar servindo, e animou ao duque, dizendo, que todos os vaticinios eram segurança da empreza, e que n'este sentido só a dilação de se coroar podia ser prejudicial.»

Não admira, pois, que esta illustre senhora falasse tão desassombradamente ao cavalheiro de Jant, e tão importantes foram as narrações d'este enviado, que mereceram ser incluídas no *Quadro Elementar*, pelo visconde de Santarem, e citadas por Francis-

que Michel no seu livro: *Les Portugais en France*.

Os esforços empregados pela nobreza na revolução de 1640, e a escolha de um fidalgo para seu monarca, quebraram de certo modo o excessivo predomínio, que o poder real fôra radicando desde o reinado de D. João II, e que tanto se robustecêra durante o dominio de Castella.

D. João IV tinha de temporisar com muitos dos seus proprios defensores, sem poder assumir o mando absoluto, e recorrer á vontade soberana — apesar de ser esta a phase da evolução, que se manifestava em quasi todos os paizes da Europa.

A restauração viera, pois, fazer recuar o periodo de transformação politica, e a nobreza, se não voltou aos tempos de D. João I, onde a revolução demorara, tambem, a marcha da lei sociologica, todavia achou-se in-

dependente e arrogante, como quem era governada por um soberano, que fôra como seu igual.

«D. João IV, diz um eminente escriptor, não nascera dotado das qualidades, que excitam, e inflammam o enthusiasmo. Não pertencia á familia dos heroes. Acima de tudo presava a tranquillidade, o socego, e os commodos domesticos, e de bom grado cederia a coroa, se ella não fosse a fiadora da segurança da sua vida, e da sua posição. Sabia que a nobreza estava dividida, que parte era abertamente addicta a Castella, e que da outra parte, fiel só nas palavras, grande numero de fidalgos, desconfiados do successo, e receiosos do castigo, se mostravam descontentes, vendo-se collocados na alternativa desagradavel de sustentarem o acto do 1.º de dezembro, ou de se aviltarem com a suprema infamia de covardes ou de trai-

Lia

dores. A conspiração do arcebispo de Braga,
e do marquez de Villa Real exprimia os
sentimentos secretos de muitos d'estes cor-
tezãos, quasi á força do novo rei, por que o
serviam meio coactos, com os olhos em Ma-
drid, e meditando o modo de negociarem o
perdão da obediencia apparente. A revolu-
ção fôra um lance tão repentino, que a ne-
nhum dera tempo para calcular. A torrente
tomou os mais d'elles desprecatados, e arro-
jou-os inquietos, e indecisos aos pés da dy-
nastia nacional. A reflexão corrigiu o impe-
to, e não poucos maldiziam occultamente a
D. Miguel de Almada, a D. Antonio Tello,
e a João Pinto Ribeiro, arrependidos, mas
tarde, de se haverem embarcado para um
naufragio, a seu vêr, inevitavel.»

D'este estado nasceu uma anarchia la-
tente, que mais tarde deu funestos resulta-
dos.



Ha uma lei historica, que se tem repetido sempre, inalteravel e fatal, e que podera servir de licção aos grandes ambiciosos, se licções aproveitassem aos homens, que se deixam dominar pelas paixões, cegos e deslumbrados pelo poder absoluto. Todas as vezes que um soberano, um monarcha, um imperador — pouco importa o titulo — se deixa seduzir pela idéa da monarchia universal, e começa a pôr em pratica todos os meios para alcançar este supremo intento, parece que todos os elementos dissolventes vem acompanhar a sua obra, e em poucos annos a decadencia, e a ruina tornam-se o premio dos seus frustrados de-

Notes

signios. Sem recorrermos aos imperios da antiguidade, quando as leis sociologicas, para que a evolução se fizesse, careciam de grandes accumulações de homens, temos, na historia moderna, as mesmas consequencias, e os mesmos resultados.

A Europa estava preocupada, desde o seculo xvi, com o receio d'um dominio preponderante, que a viesse subjugar e absorver. A Casa d'Austria chegou a taes extremos, que deixava já entrever a realisação d'este sonho de todos os conquistadores. E foi publicando, e combatendo esta louca ambição, que os seus rivaes a prostraram vencida. Não concorreu pouco, para esse desastroso fim, a politica energica e sagaz do cardeal de Richelieu. Este grande ministro levou a cabo duas importantes empresas, e n'ellas consiste, sobretudo, a gloria da sua administração. Continuou a politica

de Luiz XI fazendo curvar a cerviz á aristocracia de França, pondo-a submissa junto do throno, e por esta arte creou a influencia do poder real. Arrancou á Casa d'Austria a supremacia, e poder supremo, que de ha tantos seculos se ia arrogando, e que parecia ir tocar no cume das suas aspirações com os reinados de Carlos V, e de Philippe II. Em quanto durou a rivalidade entre a França e o imperio austriaco, poude a Europa descançar, porque a lucta das duas potencias, era a garantia mais efficaç da sua liberdade. Mas, feita a paz de Westphalia, o panico recrudesceu, com a unica differença, que foi Luiz XIV o ambicioso que veio assustar as nações europêas. Os descendentes de Carlos V, que iam d'envolta com a decadencia de Hespanha, foram os primeiros a alarmar os povos, atemorizando-os com as idéas de conquista, e de monarchia

universal, e apontando-lhes para as invasões do monarcha francez. Logo que rebentou a primeira guerra d'este soberano, perturbaram-se os homens d'Estado em Hespanha, e como observa Mignet: «Nenhum principe ignora, dizem os politicos hespanhoes, que os vastos designios do rei de França, não tendem a menos do que á monarchia universal, e não póde cerrar os olhos aos perigos com que esta ambição os ameaça». No *Espelho de Principes*, livro publicado em 1684, lê-se o seguinte: «O rei christianissimo continua, cada vez com maior energia, a aspirar á monarchia universal da Europa; e para tornar mais faceis as suas conquistas, vae excitando contra ella os exercitos otomanos». As alianças das casas reaes de França e de Hespanha, por meio de casamentos, quando o imperio de Carlos V entrava na sua declinação, augmentaram os

sustos e os pavores. O casamento de Luiz XIII com Anna d'Austria fôra o primeiro rebate d'estes receios, as nupcias de Maria Thereza com Luiz XIV redobraram o temor. Se as Infantas succedessem na coroa de Hespanha, poderia um principe francez reunir as duas monarchias, e se a Hespanha, ainda mesmo quando tinha a França como rival, fazia estremecer a Europa, o que seria quando estas duas potencias dependessem d'uma unica vontade? Seria certamente a realisação d'esse dominio universal, que os principes temiam, como sendo a destruição completa da sua soberania. Ambas as Infantas renunciaram á herança de seus paes. Apesar de todas as garantias, e solemnidades com que estes actos foram praticados, a historia narra largamente como o monarcha francez, estribado em argucias de causidico, e indignas da magestade da coroa, zombava da fé

como Guilherme II

jurada, e da palavra dada. «Promettemos, disse o monarcha, pela nossa honra, á fé e palavra de rei, juramos sobre a cruz, os santos evangelhos, e canon da missa, que observaremos e cumprimos inteiramente, e de boa fé, todos e cada um dos pontos, e artigos do tratado». Pouco depois, baseado em dois argumentos frivolos e indecorosos para um monarcha, faltava deslealmente aos seus compromissos de honra, e á solemnidade dos seus juramentos. Não pararam aqui os sobresaltos dos principes europeus. Mais tarde, a coroa de Hespanha foi legada, pelo ultimo successor de Carlos V, a um descendente de Luiz XIV. Desencadeou-se então uma formidavel tempestade, e, como diz um pamphleto da época, a reacção foi terrivel, «contra o usurpador universal, contra o oppressor do genero humano». Não podia tardar a expiação.

No fastigio do poder, adulado servilmente por todos os que o cercavam, afastando da sua intimidade aquelles que não desciam á baixeza das lisonjas, Luiz XIV foi o elemento mais poderoso da revolução, e quem mais contribuiu para a depressão moral, que se manifestou com o maior cynismo, logo depois da sua morte. Embora estigmatizem as libertinagens de Luiz XV, a verdade é, que o amante da la Vallière, e da Montespan é mais culpado do que o amante da du Barry. Como pondéra um illustre historiador: «a corrupção elegante é muito mais funesta do que a devassidão crapulosa — a primeira é facilmente contagiosa, ao passo que a segunda só inspira aversão e tédio».

Saint Simon, que, nas suas *Memorias*, escreveu paginas dignas de Tacito, falando de Luiz XIV diz o seguinte: «Era tal o seu orgulho, que sem o temor do diabo, que

Deus lhe conservou até nas suas maiores libertinagens, ter-se-hia feito adorar, e teria achado adoradores».

Tinha como maxima, que o rei ou o estado é o unico proprietario de todas as terras do reino, que os particulares só teem a posse, podendo o soberano dispôr d'ellas a seu talante. Em presença d'uma affirmação tão frisante, podemos dizer com Tocqueville, no seu livro: *L'Ancien Régime et la Révolution*: que o socialismo, nos seus mais funestos principios, encontrou raizes no despotismo real.

Ha quem lance á conta da philosophia do seculo xviii, a responsabilidade da corrupção, que ia gangrenando os órgãos mais vitaes da França. O erro é manifesto, e de facil refutação. Não soffre duvida, que o movimento philosophico começou na segunda metade do seculo passado, ao passo que a

Verdades

desmoralisação expandiu-se impetuosamente logo que o monarcha se finou. «O despotismo, e a immoralidade caminham sempre a par,» lembra um illustre professor, e o proprio Luiz XIV, nas suas *Memorias*, explica claramente esta proposição: «Quando se póde tudo o que se quer, diz o principe, não é facil não querer senão o que se deve».

Aos que accusam a philosophia de ter excitado as más paixões, com as suas detestaveis doutrinas, e de ter corrompido os espiritos, roubando-lhes a contrição, e o temor de Deus, recorda um historiador moderno: «A historia imparcial responderá, que os philosophos encontraram as almas sem religião, que não foram os seus ataques contra o christianismo, que apagaram as crenças, e extinguiram os sentimentos religiosos, que essas invectivas foram a expressão do mal que existia, mas não a causa que o deter-

minou». E para conhecermos qual era a religião de Luiz XIV, religião toda de praticas lithurgicas, e restricta ao cerimonial e ao culto, vejamos o que diz a famosa carta que lhe foi escripta, e que muitos attribuem a Fénelon: «Vós não amaes a Deus, apenas o temeis com o temor do escravo: o que vos apavora é o inferno — não é Deus. A vossa religião limita-se a superstições, e á pratica de actos materiaes. Resolveis tudo pela vossa vontade soberana, como se foreis o Deus da terra».

E, todavia, este notavel periodo historico offerece um antagonismo surprehendente, e que é a pallida alva de uma grandiosa evolução. Principiava a desenhar-se uma linha divisoria entre os factos, e as idéas. No dominio dos factos reina, com toda a magestade, a politica real: são as guerras incessantes, é o desprezo pelas nacionalidades, é a

Vide Guethorne II

má fé erigida em systema. E emquanto Luiz XIV sacrifica a França á grandeza da sua raça, e só reconhece a força como lei suprema: «Fénelon, e Bossuet, pondera um illustre escriptor, amaldiçoam os conquistadores como sendo os flagellos do genero humano, e, com a mais calorosa indignação, á violencia contrapõem a justiça, á crueza a humanidade, e á má fé a mais estricta prohibidade».

Bismark

Hoje Tapa
e todo o mundo
elles.

A litteratura caminha a par d'estes nobres sentimentos. Pascal, Boileau, Labruyère, e Saint Pierre são os precursores da esplendorosa evolução philosophica. O proprio Boileau, o poeta da côrte, condemna a ambição, e exalta Socrates deprimindo Alexandre. Era a corrente das idéas que passava por sobre os diademas reaes, e a que obedeciam, inconscientes, os mais fervorosos cortezãos.

Iam precipitar-se os acontecimentos. Ex-

Rei eleito

pulsos do throno de Inglaterra os Stuarts, pela revolução de 1688, foi ao principe de Orange que os inglezes entregaram a coroa. O poder real, e a legitimidade divina recebiam um profundo golpe. Por este facto, affirmava-se um principio de que se não demoraram as prodigiosas consequencias: era a victoria da soberania nacional sobre a realeza absoluta. O rei Guilherme era o eleito das maiorias, o representante do direito popular — Luiz XIV era a personificação do antigo regimen, era o ungido do Senhor.

Foi este o homem que, em troca da sua protecção, dominou por muito tempo Portugal.



«D. Gaspar de Gusmão, conde-duque de Olivares, a quem havia entregue, diz um

contemporaneo do ministro, o descuido de el-rei D. Philippe o peso da monarchia, era entendido, sagaz, eloquente e resolutivo; tinha por lei a politica, e por doutrina a conservação da fortuna que lograva, ainda que fosse por meios diabolicos.»

Nas suas audaciosas tentativas para reduzir Portugal a uma provincia de Castella, pisando aos pés os capitulos das côrtes de Thomar, jurados por Philippe II, foi instrumento inconsciente, mas valiosissimo, para a restauração de 1640.

O povo, onerado com pesadissimos tributos, irritado com as constantes levas de portuguezes para as guerras de Hespanha, perseguido pelas auctoridades castelhanas, e humilhado nas suas crenças, nos seus costumes, e no seu amor elevadissimo pela patria, tentou sublevar-se, «mas, observa um historiador, faltando-lhe a alma da nobreza de

que só se anima, socegou o impulso; porque entregues n'aquelle tempo os de maior qualidade, uns ás esperanças do governo de Castella, outros á desconfiança de abatel-o, tratavam de servir sem contradição, e de obedecer sem controversia».

Continuavam, porém, os vexames, e as humilhações cresciam, buscando o ministro de Philippe IV todos os meios para abater a aristocracia em Portugal, e arrancar-lhe toda a força e predomínio.

Foi n'estas condições, que uma parte da nobreza começou a delinear a revolução. Lembraram-se alguns fidalgos do duque de Bragança para rei de Portugal, não só por descender de D. Manuel, pela duqueza D. Catharina, sua avó, mas principalmente porque era senhor da casa mais poderosa, e opulenta da península, porque dispunha de um avultado numero de homens pelas suas

riquezas, e porque, compromettido elle em tão arriscada empresa, difficil seria, senão impossivel, recuar.

Occupá-se o conde da Ericeira largamente d'este assumpto, e ao examinar as considerações feitas pelos portuguezes mais empenhados na restauração da patria, diz: «Entre todos os discursos nenhum se achava de mais seguras esperanças, que aquellas que se fundavam no duque de Bragança, vendo todos concorrer n'elle justiça para se coroar, valor para o emprehender, e affeição nos povos para lhe sustentar a coroa, uma das mais precisas circumstancias de tão arduas empresas». E accrescenta o mesmo historiador: «Outros queriam formar uma republica, trazendo por exemplo Veneza, Genova, e Hollanda, onde sendo as utilidades comuns, e os riscos eguaes, se conserva a união incontrastavel».

Era forçoso sacudir o jugo castelhano, e terminar immediatamente uma situação, que punha no maior risco as vidas de todos aquelles, que o governo de Hespanha reputava inimigos.

Foram, pois, lembrados varios alvitres, e entre estes houve quem pensasse em D. Duarte, «porém, como o perigo estava mais visinho que as esperanças, tornaram a fazer novas instancias ao duque de Bragança».

E tão certo é, que a posição do duque, mais do que os seus direitos á coroa, impellia os revolucionarios a buscar o seu apoio, que, no dia 12 de outubro de 1640, reunindo-se em casa de D. Antão de Almada varios membros da aristocracia, e com elles João Pinto Ribeiro, agente dos negocios da casa de Bragança, assentaram de avisar novamente o duque, persuadindo-o, com as

mais calorosas instancias, a que acceitasse o throno que lhe offereciam, e se elle hesitasse, recorreriam ao segundo partido de o acclamar sem seu consentimento «ou outro qualquer que parecesse *mais util e mais breve; porque eram já tantos os que sabiam esta resolução, que na quebra do segredo perigava muito o successo d'ella*».

E tanto o perigo era eminente, e necessaria uma resolução prompta e energica, que Pedro de Mendoça, mandado a Villa Viçosa em nome de uma parte da nobreza, disse ao duque, que, se não achassem meio de o persuadir, estavam na resolução de formar uma republica. Deprehende-se a gravidade d'este ultimo plano, pelo cuidado que o duque de Bragança teve de o repetir ao seu secretario, Antonio Paez Viegas, dando logar a que este lhe perguntasse, se a republica fosse proclamada, que partido havia de seguir, se

o de Portugal, se o de Castella. Não foi este intento pequeno estímulo, para acabar com as vacillações do futuro monarcha. Feita a revolução, e acclamado D. João IV, achou-se o soberano no meio de uma aristocracia, ornada, parte d'ella, com os mais illustres nomes de Portugal, e trazendo a sua origem alguns nobres das duas dynastias de reis portuguezes. Havia descendentes de D. Afonso III, pela bastardia de Martim Affonso Chichorro, que casou com D. Ignez Lourença de Sousa, filha de D. Lourenço Soares de Valadares, e de sua primeira mulher, que representava a nobilissima casa de D. Mem Garcia de Sousa — havia netos de D. Duarte, e de D. Joanna Manoel, da familia dos Manoeis de Castella, por D. João Manoel, bispo de Ceuta e da Guarda, que teve filhos de Justa Rodrigues Pereira, mulher nobre, como affirmam as nobiliarchias

— havia representantes de D. Jorge, filho legitimado de D. João II, e de D. Anna de Mendoça — havia descendentes de Henrique II de Castella, pelo conde de Gijon, D. Affonso, que foi casado com D. Izabel, filha de D. Fernando I de Portugal — havia netos do marquez de Valença, primogenito de D. Affonso, filho de D. João I, que fôra casado occultamente com D. Brites de Sousa — havia finalmente representantes dos antigos reis de Leão e Castella, e de ricos homens e senhores hispano-godos.

No primeiro lance da revolução não havia invejas, nem zelos declarados, porque ao affrontarem-se os enormes perigos d'uma lucta com a monarchia hespanhola, occultavam-se as rivalidades para deixar á poderosa casa de Bragança, a responsabilidade do commettimento. Mas serenados os primeiros riscos, e parecendo a fortuna favore-

cer a arrojada tentativa, surgiram pouco a pouco os orgulhos, começaram a transparecer os confrontos de nobreza de sangue, e não tardaram os desdens, e zombarias d'aquelles que se reputavam preteridos. A pêlo nos acode o que pondera um escriptor, coevo da restauração, quando se occupa das considerações que faziam os revolucionarios, antes de acabarem com o dominio de Castella. Diz o illustre historiador: «É o defeito que os portuguezes padecem na difficuldade da união, sentindo ordinariamente, mais que a desgraça propria, a fortuna alhêa; desconcerto que totalmente destroe todos os fins d'uma republica».

As rivalidades ácerca de primazia na nobreza de sangue, os orgulhos de raça acerbamente offendidos com um nova dynastia, a coroa sem o esplendor, nem o prestigio que só dão os seculos e as tradições, o cara-

cter irresoluto e hesitante, e a alma só aberta a suspeitas de D. João IV, todas estas causas fizeram recuar a marcha da evolução, tirando ao poder real toda a efficacia que possuia, e demorando por tal arte a sua energia e influencia, que foram necessarias muito mais tarde as cruezas do marquez de Pombal, no reinado de D. José, para extinguir a anarchia e desmandos da nobreza, dando á coroa uns arremedos do que fôra o regimen absoluto, nas mãos do cardeal de Richelieu, e de Luiz XIV.

«Havia roto a guerra, diz o Conde da Ericeira, a proposito de D. João IV, com poucos capitães experimentados, e menos soldados veteranos, o reino quasi exhausto de dinheiro, munições e armas, contra um rei tão poderoso, que abundava de tudo o de que elle carecia. Era-lhe necessario não se fiar de todos, nem mostrar que desconfiava

d'alguns de seus vassallos; atenção de que
muitas vezes lhe resultava seguir o parecer
dos indiscretos, por confidentes, outras dos
mal affectos, por entendidos, e como inte-
riormente por uma e outra causa desconfia-
va, ou d'estes ou d'aquelles, e as experiencias
eram tão poucas, confundiam-se as resolu-
ções, e desemcaminhavam-se muitos nego-
cios.» E como se não dissera bastante, quiz
o illustre historiador, na sua phrase cortezã
e palaciana, esclarecer mais o assumpto, e
por isso mais adiante acrescentou: «A mu-
dança de governo havia gerado no corpo da
republica differentes humores, os quaes com-
batendo a natureza dos negocios, ora os
bons a fortaleciam, ora os maus a debili-
tavam. Divertiu el-rei estes lastimosamen-
te com a descarga do sangue, corroborou
aquelles com a egualdade do alimento: mas
foram tão custosos os meios de chegar ao

fim da saude pertendida, que merece a narração d'elles observação particular».

Vaidosos por terem contribuido com tanto esforço, para porem na cabeça do duque de Bragança a coroa dos reis portuguezes, ainda aos seus mais dedicados amigos custava-lhes a moderar a phrase e o gesto, como é uso e estylo, nos respeitos devidos á magestade real. Sessenta annos de dominio extranho tinham apagado as usanças, e praticas da nossa côrte.

«Bem podéra referir outras muitas precauções, escreve D. Luiz da Cunha, que este principe tomava para não ser enganado pelos ministros; e, comtudo, conhecendo elle em certo modo a innocencia de Francisco de Lucena, seu secretario de estado, o deixou condemnar á morte, por que os fidalgos o fizeram passar por traidor, não podendo soffrer, que elle aconselhasse a el-rei, que não

lhe devia alguma obrigação de lhe porem a coroa na cabeça, pois lhe era devida, a fim de que se não julgassem credores de grandes recompensas.»

Demais, nas arriscadas pelejas com Castella, D. João IV não seguira as pisadas do Mestre de Aviz. Esse lavára, em sangue de inimigos, a macula da bastardia, e soubera ligar por tal maneira o seu nome ao pendão das quinas, que era difficil separar duas idéas tão estreitamente unidas: patria, e D. João I.

Verdade é, que ao lado do Mestre estava o companheiro mais leal, mais fiel, e mais esforçado de que resam chronicas de reis, e livros de cavallaria. — Estava o condestavel D. Nuno Alvares Pereira.



Francisco de Sousa Coutinho, desde tenros annos, vivera na convivencia do duque de Bragança, e fôra veador de D. Luiza de Gusmão, antes de ser embaixador em diferentes côrtes. Pois esse mesmo, quando se achava em Roma, buscando meios para que a Curia romana reconhecesse Portugal, escrevia a D. João IV com esta hombridade e altaneria: «Senhor. Entre uma das muitas faltas ou quebras, que sei, que os ministros de vossa magestade me imputam, é uma d'ellas, e não das menores, dizerem que o mesmo era abrirem uma carta minha para vossa magestade, que achar-se n'ella uma

continuação de queixas e lamentações: já quiz dizer sobre este ponto alguma coisa a vossa magestade, mas deixei de o fazer; porque, os que me culpam, diriam que com as mesmas queixas dava a desculpa d'ellas, e se vinham a junctar erros a erros, pois em verdade, Senhor, se as coisas se julgaram sem paixão, que mais facilmente haviam de achar nas minhas cartas razão, que queixas, ainda quando fizesse muitas, porque se consideraram os annos que sirvo a vossa magestade, e os lugares em que, e os acertos, com que, louvado Deus, o tenho feito — se fossem bons contadores, haviam de achar um excesso grande entre a despesa e a receita, e n'esta materia não creiu eu, que se achará carta minha de que formalmente se possa tirar, que eu me queixasse, tendo que com muita justiça o podera fazer, vendo que servi a vossa magestade muitos annos em

duque, e em rei todos os que ha, e ven-
do-me pouco mais medrado do que quan-
do sahi de Villa Viçosa. Considere vossa
magestade se, comparando-me eu aos que
serviram vossa magestade em ambos os es-
tados, podéra ter algum sentimento de vêr
tantos tão avantajados a mim, que nem por
serviços, nem por qualidade me fazem van-
tagem, fazendo-a eu a muitos. Mas como
nem a culpa está na grandeza de vossa ma-
gestade, nem n'a de meus merecimentos, e
tem só a estreiteza de minha fortuna, tão
fóra estive sempre de fazer queixas n'estas
materias, que antes faço vaidade para a me-
moria da minha sepultura, que servi a vossa
magestade tão livre de interesse, que ha-
vendo passado a minha carreira tão bem
como os melhores, e melhor que muitos,
entrei n'ella sómente com aquillo que pura-
mente a liberalidade de vossa magestade

me subministrou, sem haver da minha parte requerimento, e se houve algum, eu me desquitarei d'elle por não fazer outro, e não sei eu, se haverá quem se possa gabar do mesmo.»

«Senhor, queixar-se quem lhe doe, se não é preceito da natureza, é pelo menos um conselho enganoso para alliviar a dôr, e uma acção natural nunca foi culpa, mas se em mim o são até os effeitos ou defeitos da natureza, é desgraça em tão summo grau, que me não ficará outro algum remedio que choral-a só commigo, e serei mais merecedor de lastima que de reprehensão.»

«Com muita causa poderá espantar a vossa magestade a impertinencia d'este discurso, não podendo penetrar o fim que leva, e a que vae encaminhado, pois, Senhor, não é outro, que a queixar-me no mesmo tempo em que tenho mostrado que me não queixo,

e se vossa magestade ler esta com attenção, que lhe peço que a leia, e com reflexão, que lhe meréce um homem, que com tanto amor o serve, achará vossa magestade que, n'esta occasião, me móve mais o zelo do seu real serviço, que todas as minhas conveniencias, mormente quando ellas todas dependem de que aquelle se faça. Senhor, se vossa magestade me tirasse do seu serviço, e me mandasse para a Ilha do Principe, ou para outra peor, se vossa magestade a tem no resto do seu imperio agradaria a muitos; porque desejando todos os vassallos de vossa magestade vêr-lhe todas as grandezas, e acrescentamentos, que se lhe devem, e estão promettendo, não soffrem o haverem de passar por minhas mãos — desgraça pura minha é: não falta de animos portuguezes.»

«O que fizeram contra mim quanto ao negocio da India em Hollanda, ninguem

melhor do que vossa magestade o sabe, pois disse a D. João de Menezes que Deus tem: Folgo de vos ouvir, porque não tem Francisco de Sousa por si, mais que a mim, e a vós — e isto por uma negociação, que brevemente mostrou o tempo, qual ella fôra, escrevendo-se-me que fizera milagres, quando poucos dias antes houve quem dizia, que merecia cortada a cabeça. O que houve n'essa côrte contra mim pela embaixada de França, assaz encarecido fica com dizer, que tem vossa magestade ministros que lhe aconselharam, que não ouvisse um religioso, que eu mandei a ella, só porque não dissesse o como eu servia, e havia servido, e sendo isto muito, não era o mais; porque o fim se levava em acabar de uma vez comigo, condemnarem-me á revelia, e tirarem a vossa magestade um homem, que, apesar de todas estas contradições, no seu animo,

no seu zelo, no seu amor, não houve nunca occasião, que lh'os podesse diminuir, procurando-se por todas as vias.»

«Todos estes altibaixos contrastou a minha fortuna, e venceu o poder de vossa magestade, mandando-me, que viesse servir a Roma, quando porventura se esperava, que me mandasse ir para Portugal, e meter-me em um castello; com a bocca o approvaram todos, por não ir contra o que vossa magestade dissera que fora resolução sua; mas com o coração o sentiram muito — boas provas tenho do que agora direi, e houveram de conseguir o seu intento, se tantos annos de experiencia me não fiseram reparar de um golpe, que não tinha outra defesa, ir-me metter n'esse reino affrontado em discredito d'elle, com desserviço de vossa magestade».

«Quando me chegaram a Paris as ordens de vossa magestade, veio com ellas um cre-

dito de Duarte da Silva sobre o cavalheiro Ruy Lopes da Silva, e eu por me não achar em Roma no estado em que ficara, se me não prevenira, abri o credito, e achei-o conforme ao que devia esperar, com tudo chegado aqui, para me assegurar por todas as vias, tirei o dinheiro do poder de Ruy Lopes, e o metti no Monte de Piedade, aonde está com a mesma segurança, e livre das ordens dos ministros, que me queriam render por fome, como houveram feito, se n'esta parte não soubéra tanto como elles: eis senão quando chega uma carta de Duarte da Silva para o cavalheiro, confirmando a primeira ordem, e, passando a outros negocios, faz uma declaração no fim, que é que me não acuda com dinheiro algum, senão depois que fosse recebido embaixador, e tratado como tal, coisa em que de antes não havia falado, porque então seguia o que vossa